



O CONVIDADO

“Condições únicas”... para quem?

**MIGUEL GUIMARÃES**

Presidente do Conselho Regional do Norte da Ordem dos Médicos

A propósito do Dia Mundial do Médico de Família, o ministro da Saúde anunciou a contratação de 400 médicos aposentados para colmatar a falta de 800 especialistas de Medicina Geral e Familiar (MGF). Como “condições únicas” para regressar ao ativo, o ministro “oferece” a acumulação da pensão com um terço da remuneração que corresponda às funções que vão desempenhar.

Mais uma medida que mostra o desnorte do ministro da Saúde e a forma quase desesperada como procura cumprir a promessa de

proporcionar um médico de família a cada português até final da legislatura.

O ministro, mais uma vez, não fez o “trabalho de casa”. Não analisou os motivos que levaram muitos especialistas a aposentarem-se nos últimos anos. Não planeou adequadamente as necessidades. Não analisou criteriosamente os dados oficiais publicados.

Na região Norte, entre janeiro de 2011 e maio de 2015, aposentaram-se 401 especialistas em MGF, dos quais 370 (92,27%) de forma antecipada (54,6% tinha entre 55 e 60 anos e 41,1% entre 61 e 65 anos). Na região Norte, de acordo



com os dados oficiais publicados, faltam 145 médicos de família.

O estudo da socióloga Mariana Ferreira, realizado entre 2011 e 2012 e envolvendo médicos entre os 55 e os 65 anos, demonstra que a maioria dos médicos inquiridos admitia continuar a trabalhar pelo apreço do exercício da atividade (99,1%) e que a continuidade da sua atividade estava em muito relacionada com a valorização que sentiam na organização hospitalar em que trabalhavam (77,3%). A maioria (78,1%) manifestava mesmo vontade de prolongar a sua atividade profissional, mesmo reunindo condições para a aposentação.

O que mudou então para que desde 2011 tantos médicos de família tenham decidido aposentar-se antecipadamente mesmo com grandes penalizações pessoais? Ou para que a taxa de emi-

gração tenha aumentado de forma exponencial?

A desqualificação e a forma indecorosa como muitos médicos têm sido tratados pela tutela, o degradar das condições de trabalho, o aumento da pressão na relação médico-doente traduzido na multiplicação e sobreposição de tarefas associado à exigência de tempos de consulta cada vez mais reduzidos, os sucessivos cortes salariais, a imposição de sistemas informáticos disfuncionais, o aumento dos casos de violência contra profissionais de saúde, a pressão pública dos responsáveis políticos, o clima de "medo e censura" instalado, as constantes transformações legislativas no que respeita ao acesso à aposentação e o incumprimento na aplicação prática das carreiras médicas, ajudam a explicar muitas daquelas decisões.

O ministro tem especialistas em MGF aposentados que lhe permitiriam concretizar no imediato o sonho de atribuir a todos os portugueses um médico de família, enquanto os jovens médicos em formação (812 só na região Norte) completam a especialidade. Mas não pode propor contratar médicos de família aposentados sem lhes oferecer as mesmas condições (já de si de pauperadas) que oferece aos médicos que estão no SNS. Até porque aqueles médicos vão ter exatamente as mesmas responsabilidades que todos os outros.

E são eles que podem oferecer "condições únicas" ao país ao aceitarem regressar temporariamente ao SNS, e não o contrário, como anunciou o ministro Paulo Macedo. Haja um pingote de dignidade.

Afinal de contas, situações excepcionais resolvem-se com medidas excepcionais.